

SERTÃO, CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO OLHARES SOBRE A FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI-ARGENTINA (1896-1937)

WILDERNESS, CIVILIZATION AND PROGRESS APPROACHES ABOUT THE BORDER BETWEEN BRASIL-PARAGUAY-ARGENTINA (1896-1937)

Jiani Fernando Langaro¹

Endereço profissional: Universidade Federal de Goiás - Avenida Esperança,
s/n, Câmpus Samambaia - Prédio da Faculdade de História, sala 9. CEP:
74.690-900. Goiânia - Goiás - Brasil.
E-mail: jflangaro@gmail.com.

Resumo: O artigo problematiza as memórias cristalizadas por parcela significativa da historiografia do Oeste do Paraná, emergente na década de 1980, sobre o que foi a região fronteira durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Para tanto, retoma a principal fonte utilizada por estes estudos, livros contendo memórias de viagens – escritos por militares à serviço do exército brasileiro ou de autoridades do governo estadual paranaense –, para os quais lança novo olhar. Apesar da centralidade conferida pela historiografia do estado à temática da “desnacionalização da fronteira” – oriunda da maciça presença estrangeira (principalmente argentina e paraguaia) e da hegemonia comercial de Posadas na região – propõe que seja dada maior atenção às formas como, no período estudado – quando o local era considerado como “sertão bruto”, “inóspito” e “impenetrável” – se entendia o lugar como ausente de “progresso”. Defende que o ideal de “progresso” era a concepção basilar para a construção do olhar negativo sobre a região, nesse período, do qual os demais elementos – citados acima – eram decorrentes.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira; Viajantes; Oeste paranaense.

Abstract: This essay analyzes the memories fixed by important part of West Paraná's historiography borned in the 1980s, that approaches the bordering region during the end of the 19th century and the first half of the 20th. Therefore, reexamines the main evidence used by these studies, books with traveling memories – written by military in mission for the Brazilian army or by State Paraná's authorities –, to whom proposes a new interpretation. Although the centrality given by the regional historiography to the theme “desnationalization of the border” – derived from the strong foreign presence (specially Argentine and Paraguayan) and the commercial dominance of Posadas in the region – advocates more attention for the ways how, in the studied time – when the place was considered as a “hard wilderness”, “inhospitable” and “impenetrable” –, the place was understood as without “progress”. Defends that the “progress” idea was the most important notion to build the negative approach about the region, at this studied time, and the other elements – mentioned above – where derived from this idea.

Keywords: Tripe Border; Travelers; West Parana.

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU e doutor nesta mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Introdução

Sertão, palavra polissêmica, comportadora de múltiplos significados e tão importante para a história do Brasil, principalmente para a compreensão do avanço da sociedade nacional sobre os interiores; pode designar o semi-árido do nordeste do país, ou até regiões pluviosas, nos mais diversos locais do país. O sertão a que daremos visibilidade, neste texto, se situava nas porções ocidentais do estado do Paraná, na fronteira com o Paraguai e Argentina e na divisa com o então estado de Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul). Hoje, este espaço corresponde, aproximadamente, àquele em que se situam as regiões oeste, sudoeste, centro sul e centro ocidental do Paraná, designado à época como “Oeste paranaense” ou os “sertões do Iguazu”.

O termo possui algumas especificidades no Paraná, de acordo com Affonso de Taunay,² que, durante o império, foi presidente da província, por “sertão” se compreendia as áreas florestais, que eram contrapostas aos “campos”, locais de vegetação rasteira, apropriados para a prática da pecuária. Como os campos eram os espaços preferidos para a expansão da sociedade nacional, no Paraná, os “sertões” foram tratados como territórios bravios e conquistá-los era um grande desafio para os grupos dominantes estaduais.

A historiografia regional,³ emergente no estado a partir da década de 1980, consagrou uma cronologia para este sertão paranaense, que se inicia com a construção da Colônia Militar de Foz do Iguazu e se encerra com as colonizações privadas, dinamizadas a partir de meados da década de 1940, com a chegada maciça de migrantes nacionais oriundos de outros estados brasileiros.

De maneira geral, a memória que se construiu na região, sobre este período, é o de uma zona fronteira abandonada pelo Estado, “invadida” por estrangeiros, pouco povoada, onde o desenvolvimento econômico era pífio. A principal fonte de pesquisa utilizada para estudar este período é composta por livros de memórias de viajantes – em sua maioria políticos curitibanos e militares oriundos do Rio de Janeiro, em missão na região –, que estiveram de passagem pela zona fronteira e, posteriormente, escreveram suas impressões. A imagem acima descrita, sobre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, durante a primeira metade do século XX, resulta da interpretação que historiadores realizaram desses livros. Deles emergem um sertão bruto, onde o “progresso” e a “civilização” eram ausentes ou caminhavam a passos lentos. Entretanto,

2 TAUNAY, Visconde de. *Curiosidades naturais do Paraná e excursão no Rio Iguassú pelo Visconde de Taunay*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, IHGB, tomo III, parte I, pp. 193-241, 1890. p. 211. (Nota de rodapé).

3 A este respeito ver: COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na História do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988; FREITAG, Liliâne da Costa. *Extremo-Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Franca/SP: Unesp, 2007. (Tese de doutorado em História); FREITAG, Liliâne da Costa. *Fronteiras perigosas: Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Edunioeste: Cascavel, 2001; GRONDIN, Marcelo. *O alvorecer de Toledo: na colonização do oeste do Paraná (1946-1949)*. Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2007; MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguazu (1888/1907)*. Niterói/RJ: UFF, 2009. (Tese de Doutorado em História Social); SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988; WACHOWICZ, Ruy Christowam. *Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste Paranaense*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

o principal “problema” da região fronteira, incorporada dessa documentação pela posterior historiografia, foi a temática da “desnacionalização”⁴ da fronteira, termo utilizado para definir o trânsito de pessoas e capitais pelos três países limítrofes, algo que, conforme constatamos, tirou o foco do tema central dessas narrativas, ou seja, a ausência (ou timidez) de “progresso”.

Trabalhar com este tipo de fonte implica uma série de cuidados, pois tratam-se de obras escritas por pessoas que estiveram temporariamente na região e, portanto, não a conheceram em profundidade. Para dar conta desse trabalho, nos inspiramos em estudos como os de José Carlos Barreiro,⁵ que analisa livros de viajantes estrangeiros, que estiveram no Brasil durante o século XIX. Sua metodologia consiste em compreender o imaginário dos viajantes, situá-los em seu lugar social e em seu universo cultural, a partir dos quais constituíram os valores com que observam a sociedade visitada. A partir disso, procura entender a vida e as lutas cotidianas dos membros dos grupos populares, narrados pelos viajantes.⁶

Algo semelhante é realizado por Alan Modesto Dias,⁷ cujo trabalho busca compreender a vida cotidiana dos cidadãos livres da província de São Paulo, durante o segundo império, a partir dos relatos de viagem de Don Augusto Emílio Zaluar, português ilustrado, radicado no Brasil. Neste caso, o autor se concentra em apenas um relato de viagem, com o objetivo de compreender em profundidade o ambiente social e cultural em que Zaluar se situava, e assim melhor analisar sua narrativa.

Ponto em comum, na obra de Barreiro e Dias, é o apego dos viajantes estudados aos valores de “civilização” e de “modernidade”, bem como o tema da “falta” desses elementos em locais visitados. Nesse aspecto, se assemelham aos livros que analisamos, embora se tratem de materiais bem diversos, produzidos já no século XX, não por estrangeiros, mas por membros das sociedades estadual e nacional, que visitaram o Oeste paranaense por motivos diversos.

Dentro do amplo conjunto de obras levantadas, escolhemos três narrativas de viagem para problematizar, neste texto, escritas por José Muricy,⁸ José de Lima Figueiredo⁹ e Cesar Pietro Martinez.¹⁰ Muricy era filho de uma das famílias pertencentes aos grupos dominantes paranaenses, foi militar de carreira, estudou em instituições militares do Rio de Janeiro e participou da “Proclamação da República”, o que lhe rendeu grande prestígio político e a nomeação para trabalhar nas estradas

4 Idem. p. 140.

5 BARREIRO, José Carlos. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: Cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

6 Idem. p. 9.

7 DIAS, Alan Modesto. Augusto Emílio Zaluar e os homens sem senhor: vida cotidiana na Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861. São Paulo: PUC-SP, 2006. (Dissertação de mestrado).

8 MURICY, José. À Foz do Iguassú. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa paranaense, 1896. pp. 3-4.

9 FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 30.

10 MARTINEZ, Cesar Pietro. Sertões do Iguassú. São Paulo: Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato, 1925.

estratégias do Paraná.¹¹ José de Lima Figueiredo também era militar, porém, não integrava o rol de famílias tradicionais paranaenses; esteve no estado durante suas missões de trabalho pelos “sertões”, a fim de monitorar parcela das áreas fronteiriças a oeste do Brasil; foi um intelectual do exército, atuou em publicações da corporação e escreveu diversos livros, além de fazer carreira política nas décadas de 1940 e 1950.¹² Cesar Pietro Martinez, por sua vez, não era militar, mas integrava os grupos dominantes paranaenses, quando de sua viagem e publicação do livro, na década de 1920, ocupava o cargo de secretário estadual (inspetor geral) da instrução pública, responsável pela educação no estado.¹³ Adiante, ao trabalharmos a obra de cada um desses autores, abordamos com maior profundidade suas trajetórias.

A escolha dessas obras se deu por tratarem mais diretamente do tema em foco, o olhar projetado por viajantes sobre a região, entendendo-a em termos de “sertão”, “civilização” e “progresso”. Além disso, esses autores, de certa forma, foram paradigmáticos, para a constituição de uma memória de historiografia sobre a região. As trajetórias dos três autores e os aspectos editoriais das obras que escreveram serão melhor discutidos adiante, no interior das próximas seções. Embora os relatos de viagens já tenham sido utilizados como fonte de pesquisa por outros trabalhos que abordaram a região, entendemos que utilizá-los é um esforço válido, pois são materiais que ainda não foram esgotados, tendo sido utilizados mais para se compreender a relação dos autores com a natureza ou com a presença estrangeira na fronteira e meios em suas concepções de progresso. É por isso que não temos a pretensão de analisar tais livros na totalidade de temas que evocam, mas tão somente problematizar as concepções de “progresso” e “civilização”, que subjazem as demais análises negativas feitas sobre a fronteira, na primeira metade do século XX, tarefa que ainda está por ser feita.

Para tanto, precisamos refletir sobre esses conceitos e entendê-los historicamente. De acordo com Raymond Williams,¹⁴ “civilização” passou a designar, na passagem do século XVIII para o XIX, “modernidade”, “refinamento”, “ordem” e “polidez”. Uma condição de existência da sociedade em oposição à “barbárie”, um termo, no entanto, não livre de elementos negativos, pois, reconhecia-se que acompanhavam a “civilização” também a falta de “independência” e a artificialização das necessidades humanas. Posteriormente foi relativizado, ao ser tratado no plural, “civilizações”.¹⁵ A concepção de “progresso”, por seu turno, se popularizou a partir do século XVIII e, associado às concepções de “civilização”, “evolução” e “melhoramento”

11 MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem. op. cit. pp. 43-44.

12 FREITAG, Liliâne da Costa. Fronteiras perigosas. op. cit. p. 69; pp. 70-71 (em nota de rodapé); p. 90.

13 MARTINEZ, Cesar Pietro. Sertões do Iguassú. op. cit. p. 86; MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba, “República das letras” (1870/1920). op. cit. Revista eletrônica História em reflexão, vol. 2, n.º 3, Dourados/MS, UFGD, pp. 2-26, jan./jun. 2008. p. 13. (Em nota de rodapé); WACHOWICZ, Ruy Christowam. Obrageiros, mensus e colonos. op. cit. p. 129.

14 WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

15 Idem. pp. 82-85.

chegou a ser compreendida como uma lei histórica pela qual todas as sociedades deveriam passar, rumo a um futuro melhor.¹⁶ “Desenvolvimento” é uma concepção não muito diferente que, entre os séculos XVIII e XIX, explicava que as sociedades passavam por diferentes etapas, rumo a um modelo ideal, que, no século XX, eram as sociedades capitalistas “desenvolvidas”. Para se chegar a tal estágio, e conseqüentemente obter o *status* de “desenvolvido”, deveria-se crescer economicamente, via exploração de recursos naturais.¹⁷

Esse é um aspecto muito presente na documentação que analisamos, pois, ao mesmo tempo que os viajantes constatavam a “falta” de “progresso” na região, conforme veremos adiante, apontavam para o potencial de seus recursos naturais, ainda inexplorados ou pouco explorados. Todavia, conforme apontamos anteriormente, é preciso pensar os sentidos dessas concepções em seu devido contexto, ou seja, com quais projetos para o país eles se conectavam, nesse momento.

De acordo com Laura Antunes Maciel, a partir dos princípios da república, as preocupações com o território nacional se modificaram. Não bastava mais garantir as fronteiras, era necessário também “nacionalizar” os “sertões”, espaços compreendidos como “vazios” e “incultos”, onde os sentimentos nacionais eram ausentes e, portanto, presas fáceis de movimentos que ameaçassem a integridade territorial do país. Para reverter esse quadro, era preciso levar o “progresso” aos “sertões”, algo que seria obtido com a transformação cultural das populações que neles habitavam, a fim de viabilizar a substituição do extrativismo vegetal por uma agricultura mais “moderna” – para os padrões da época –, composta por produção voltada à subsistência, mas com produção de excedentes comercializáveis. A autora, por sua vez, constata diversos desses elementos como referências para a “Comissão Rondon”, seu objeto de estudo.¹⁸

Tal projeto nacional se intensificaria e alcançaria novos patamares no “Estado Novo”,¹⁹ quando não bastaria mais apenas levar meios de comunicação – como o telégrafo – e novas práticas agrícolas para os “sertões”, mas levar migrantes, oriundos das regiões litorâneas. Independentemente de sua matriz política, todos esses ideais têm eco nos livros escritos pelos viajantes que passaram pelo oeste paranaense, podendo ser percebidos nitidamente, conforme veremos adiante.

Por fim, antes de avançarmos no desenvolvimento deste trabalho, podemos afirmar que os livros de viagem foram analisados com um “lugar de memória”²⁰ da região, pois auxiliam a construir uma “memória pública”²¹ da tríplice fronteira, como a

16 Idem. pp. 327-328.

17 Idem. pp. 133-134.

18 MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998. pp. 166-173.

19 A este respeito, ver: LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas/SP: Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

20 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, PUC-SP, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

21 GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2004. pp. 282-295.

região é conhecida atualmente. No entanto, esses livros são “lugares de memória”²² em um sentido um tanto diferente do que Pierre Nora propunha, como lugares que constroem artificialmente versões do passado que não se encontram mais vivas no seio de uma sociedade, de forma diversa, os entendemos como obras vívidas em seu tempo, que, no entanto, foram consagradas em períodos mais recentes, eleitas como narrativas privilegiadas para se conhecer a região na primeira metade do século XX. Trata-se de obras que foram “monumentalizadas”²³ e, enquanto tal, são usadas para construir, no tempo presente, imagens e memórias da região, povoadas por clichês e estereótipos, as quais precisam ser problematizadas e analisadas, para que a multiplicidade de possibilidades desse tempo histórico se torne visível.

José Cândido da Silva Muricy e os caminhos para a fronteira como “sertão” inóspito

Durante a leitura dos livros contendo memórias sobre as viagens ao Oeste paranaense, salta aos olhos as narrativas produzidas sobre o “sertão”, geralmente visto como um lugar “inóspito” e “vazio”, principalmente por aqueles que empreenderam a viagem por terra, pela estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu,²⁴ em detrimento da maioria, que chegava à região atravessando o território da Argentina e navegando nos vapores do rio Paraná. Imbuídos do ideal de “progresso”, os autores comparavam os locais do interior paranaense, por onde passavam, principalmente depois de Guarapuava, com aquilo que idealizavam como “civilização”, geralmente buscada na sociedade européia, industrial e capitalista ou, em menor escala, na capital estadual.

Em diversas narrativas de autores paranaenses, Curitiba era não apenas o ponto de partida da viagem, mas o modelo de “civilidade” a ser expandido para as demais áreas do estado. Dentro de suas relações de classe e do ideário dos grupos dominantes da época, as experiências bem sucedidas da burguesia européia serviam de modelo a ser seguido e a capital estadual era a experiência local mais próxima daquilo que idealizavam.

Nesse aspecto, a natureza deveria ser dominada, dando lugar às cidades, símbolos da sociedade industrial. As populações tradicionais deveriam ter suas culturas transformadas, sendo disciplinados dentro de uma nova concepção de tempo e de trabalho.²⁵ As sociedades e grupos sociais que não estavam enquadrados nesse modelo

22 NORA, Pierre. Entre memória e história. op. cit.

23 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994. pp. 535-549.

24 Uma distância de aproximadamente 390 quilômetros. In: MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem. op. cit. p. 137.

25 Sobre as relações entre as novas concepções de tempo e disciplina de trabalho surgidas com o capitalismo industrial ver: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304. Sobre as relações entre o olhar de viajantes do século XIX, os grupos populares do Brasil e os novos valores liberais ver: BARREIRO, José Carlos. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX. op. cit.

eram desconsiderados, vistos a partir da noção de “falta”. Os lugares por eles habitados eram tidos como “vazios”, como “sertão bruto”, pois as terras para serem consideradas efetivamente habitadas deveriam estar livres das florestas e densamente povoadas.

A temática da impenetrabilidade do sertão é muito forte nessas fontes e tiveram início com os relatos de viagem à colônia militar de Foz do Iguaçu no século XIX. Um dos trabalhos que traz esse tema de forma muito forte e, provavelmente, constituiu-se em um dos paradigmas desse padrão narrativo, foi escrito por José Candido da Silva Muricy em 1896, intitulado **À Foz do Iguassú**. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. De acordo com Antonio Marcos Myskiw, Muricy era um militar curitibano, seu pai era médico e sua mãe professora, estudou no Rio de Janeiro, na Escola Militar da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra, conquistando promoções em virtude de seu envolvimento na proclamação da república. Uma delas foi um cargo na Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná, sediada em Guarapuava,²⁶ à serviço da qual empreendeu viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1892, no intuito de fiscalizar a manutenção da picada que ligava Guarapuava à colônia, dentre outras incumbências.²⁷

Ainda segundo Myskiw, o livro de Muricy foi publicado pela Tipografia Imprensa Paranaense, de Curitiba, que tinha em sua administração Jesuíno Lopes, amigo do pai de Muricy. A publicação dessa obra, no formato de folheto, juntamente da obra *Esquifes*, de Dario Velloso “...marcou o início da valorização de memorialistas, poetas, literatos e intelectuais paranaenses. Uma iniciativa que se mostrou profícua e altamente estratégica para o fortalecimento e afirmação da literatura e da história do Paraná no cenário brasileiro...”.²⁸ Essa estratégia, de acordo com Myskiw, visava construir uma “identidade regional” para o Paraná.²⁹ Todavia, entendemos tais movimentos como disputas, empreendidas pelos grupos dominantes estaduais, na busca por espaço nas relações de poder que se estabeleciam tanto no plano nacional como estadual. Tais iniciativas também visavam construir uma memória hegemônica do estado, a partir da temática da conquista do território, afirmando-se, por meio dela e dos elementos que a cercam. Por meio de elementos como a ilustração, o domínio sobre a escrita de uma história regional, o conhecimento do território e de suas potencialidades naturais e industriais, além do domínio sobre o capital e cargos públicos estratégicos (civis e militares), esses grupos firmavam-se como dirigentes do estado, ao passo que galgavam prestígio, reconhecimento e espaço no plano nacional.

Dentro desse contexto, de uma nascente ilustração paranaense, emerge a obra de Muricy, que, ainda de acordo com Myskiw, contava entre seus leitores com nomes como o de Rocha Pombo, intelectual curitibano com projeção nacional, que a utilizou

26 MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem. op. cit. pp. 43-44.

27 MURICY, José. À Foz do Iguassú. op. cit. pp. 3-4.

28 MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem. op. cit. p. 46.

29 Idem. p. 47.

para compor *O Paraná no centenário*,³⁰ publicado pela primeira vez em 1900,³¹ e Domingos Nascimento, que também empreendeu viagem à região³² e publicou um livro, *Pela fronteira*.³³ Um dos grandes méritos da obra de Muricy, na visão de Myskiw, é que pela primeira vez os paranaenses teriam tomado conhecimento das belezas naturais do que viria a ser conhecido como o Oeste paranaense, além dos problemas existentes em suas estradas, das dificuldades enfrentadas nos sertões e da vida na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.³⁴ Além disso, a obra apresenta a preocupação com a influência estrangeira na região, principalmente a hegemonia comercial de Posadas,³⁵ cidade argentina que polarizava as regiões fronteiriças da Argentina, do Paraguai e do Brasil.³⁶

Dentre os diversos temas que analisa, interessa-nos, nesse momento, observar como Muricy caracteriza o “sertão” e seus caminhos. Em seu relato, o “sertão bruto”, como destacou, começava depois do “Xagú”,³⁷ atual Laranjeiras do Sul, e terminava somente na colônia militar.³⁸

30 POMBO, Jose Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

31 Idem. p. iv.

32 MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem*. op. cit. p. 52.

33 NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: s/ed., 1903.

34 MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem*. op. cit. p. 47.

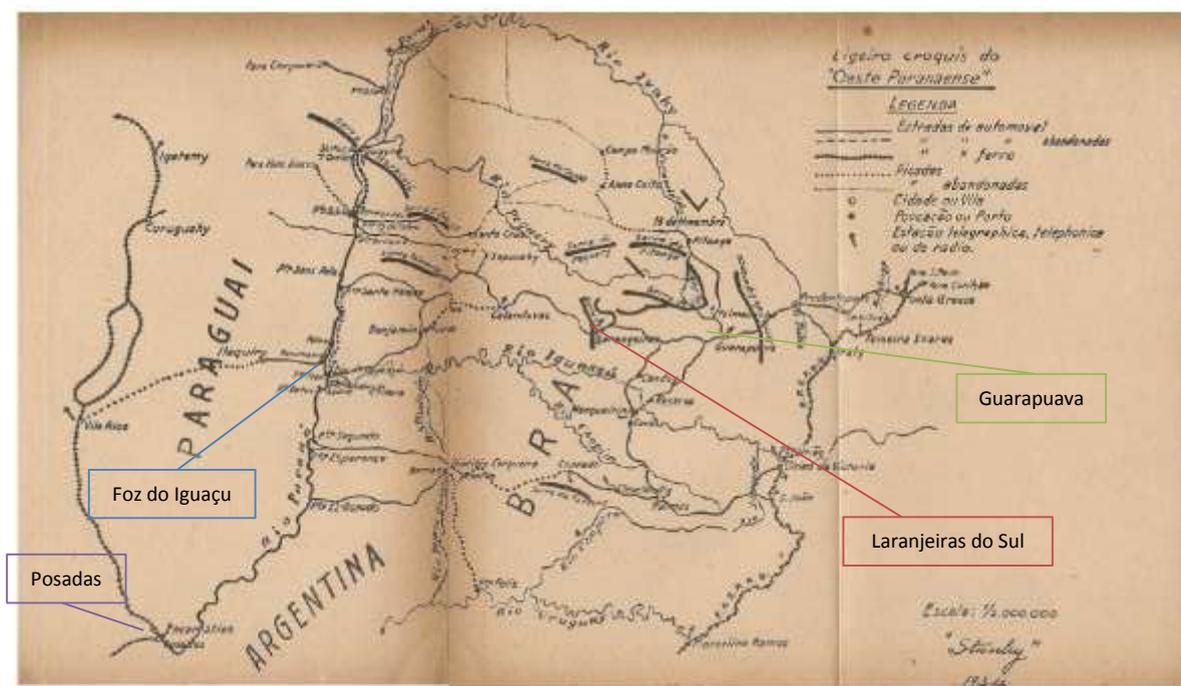
35 MURICY, José. *À Foz do Iguassú*. op. cit. p. 20.

36 MARTINEZ, César Pietro. *Sertões do Iguassú*. op. cit. p. 97.

37 A distância entre “Xagú” e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu é de aproximadamente 260 quilômetros. In: MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem*. op. cit. p. 45.

38 MURICY, José. *À Foz do Iguassú*. op. cit. p. 4.

Figura 1 - Croqui do Oeste paranaense e da região fronteiriça na década de 1930 (com destaque para Foz do Iguaçu, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Posadas)



Fonte: STANLEY. Ligeiro croquis do “Oeste paranaense”. In: FIGUEIREDO, Lima. FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. s/p.

Nas memórias de viagem, Muricy escreve as peripécias enfrentadas pela picada – na época a estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu nem carroçável ainda era –, decorrentes de dificuldades, como aquelas enfrentadas com a vegetação que crescia muito rápido,³⁹ naquela pluviosa região. Esse elemento é muito recorrente nos relatos, sendo vários os autores que pontuaram o fato da mata cobrir a picada, mesmo recém roçada. O próprio autor pôde verificar isso no retorno de sua viagem, quando novamente encontraram a picada encoberta pela vegetação, mesmo tendo sido roçada quando de sua ida à colônia.⁴⁰

A viagem demorou 34 dias, tempo abreviado porque um grupo saiu da colônia ao seu encontro.⁴¹ Entre os objetivos estava a fiscalização do trabalho de um grupo de homens que havia sido incubido de fazer a manutenção da picada,⁴² além de levar

39 Ibidem.

40 Ibidem.

41 Idem. p. 19.

42 Idem. p. 4.

viveres e bois até a colônia militar.⁴³

Sob a ótica de Muricy, temos um sertão “bruto” e “inóspito”, lugar povoado por feras, o qual “isolava” a colônia militar do restante do estado. Era também “desabitado” e oferecia perigo aos viajantes:

A não ser uma ou outra vez, que se tem a infelicidade de, de cima de uma serra, estender a vista pela parte que já se passou e pela que se vae passar, o resto se viaja sob uma abobadada de folhagem, atravez da qual nem sempre se vê o sol, pois são verdadeiros tuneis abertos cemo [sic] já dissemos, em enormes touceiras de taqurussú e taquara. Dissemos acima que tem-se a infelicidade etc., porque é preciso muita força de vontade e quasi *nenhum amor à vida*, para não se desanimar, no meio d’esse sertão, onde não se encontra um habitante, um ente que em caso de necessidade venha em nosso socorro. Em um caso de molestia grave, quem socorre o viajante ? como [sic] poderá atravessar em pouco tempo tão grande distancia ? !⁴⁴

Notamos que um dos objetivos de Muricy era publicar o livro para divulgar as belezas naturais da região, em especial as Cataratas do Iguaçu, por isso é bem possível que majorar as dificuldades encontradas pelo caminho seja também um recurso narrativo para preparar a receptividade positiva do leitor quanto aos relatos das magestosas quedas d’água. Além disso, reforçar as dificuldades vividas no sertão também era uma maneira de mostrar quão difícil e honrosa foi sua missão, cabalmente cumprida, com afinco, honradez e coragem, valores tão caros ao ideário militar.

Sobre as populações do sertão, o autor relata diversos encontros com “caboclos” e indígenas que ali viviam, alguns dos quais, da nação caiuí, trabalhavam na manutenção da picada.⁴⁵ Mesmo assim o sertão lhe parecia despovoado, como sabemos, isso decorre dos ideais de “progresso” e de “civilização” de que tratamos antes, o que lhe impedia de reconhecer aquelas pessoas como habitantes ideais para a região, ou como plenos representantes da sociedade nacional.

Dentro desses ideais, entretanto, o autor não apenas observa aspectos negativos na fronteira, pois elogia o emprego da técnica no Porto Francês, localizado nas margens brasileiras do rio Paraná.⁴⁶ Chama a atenção para as virtudes dos incentivos argentinos às ciências, como na constituição de um museu em La Plata – autofinanciado após poucos anos de criação –, ao passo que alertava para o descuido paranaense para com

43 Idem. p. 17.

44 Idem. p. 16. (grifos nossos).

45 Idem. pp. 6-7.

46 Idem. pp. 23-35.

o museu,⁴⁷ pobre em acervo de plantas e minerais do estado.⁴⁸ Portanto, técnica e ciência representavam o ideal de sociedade de Muricy, que levariam a humanidade a um futuro melhor. Diante disso, o sertão era visto como desabitado, não de pessoas propriamente, mas de “civilização”, ou seja, de sociedades que gerissem o espaço através da conquista e destruição da floresta nativa, com o emprego de práticas “modernas”, oriundas das sociedades industriais.

Entretanto, apesar do elenco de aspectos negativos, Muricy entendia essa região como um lugar promissor, terras que: “...constituem a zona mais rica, mais fértil e de mais futuro de todo o Paraná e, sem receio de errar, do sul da República Brasileira.”⁴⁹ A natureza “selvagem”, ao mesmo tempo que era vista como um empecilho ao “desenvolvimento”, por tornar o lugar “inóspito”, também era um atestado de sua potencialidade em gerar prosperidade e riqueza para o futuro. Assim se estabelece um padrão, que posteriormente, se repetiria em outros livros de viagens, nele a região seria um “sertão” não “civilizado”, mas prenhe de potencialidades de “desenvolvimento”, um vir a ser, remissivo ao futuro.

Lima Figueiredo e os ideais de “progresso” para uma fronteira em tempos de “Estado Novo”

O ideal de levar o “progresso” ao Oeste do Paraná, ou mesmo de integrá-lo à “civilização”, está presente na maioria dos livros que consultamos, conforme já afirmamos. Dentro desse quadro mais amplo, **Oéste Paranaense**, de Lima Figueiredo⁵⁰ chama a atenção. Trata-se outra narrativa de viagem escrita por militar, que esteve na região em missão de trabalho, tendo saído do Rio de Janeiro, então capital federal. A publicação ocorreu no final da década de 1930, quando novos projetos para levar o “progresso” aos interiores do país eram ventilados pela república, conforme veremos adiante.

De acordo com Liliane da Costa Freitag,⁵¹ José de Lima Figueiredo fez carreira no exército, entre os anos 1920 e 1950, atuou fora do país como observador militar da Guerra Sino-Japonesa, ocorrida entre 1931 e 1937. Também atuou na “Comissão Rondon”, tornou-se coronel em 1940 e passou à reserva em 1951, como General-de-divisão.⁵² Escreveu muitas obras para a biblioteca militar e participou da organização da revista militar *A Defesa Nacional*, publicada a partir de 1913, quando então

47 Conforme Antônio Marcos Myskiw, o autor conhecia de perto o museu, pois seu pai era um dos fundadores da entidade. A este respeito, ver: MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem*. op. cit. p. 48.

48 MURICY, José. *À Foz do Iguassú*. op. cit. pp. 9-10.

49 Idem. p. 7.

50 FIGUEIREDO, Lima. *Oéste Paranaense*. op. cit.

51 FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas*. op. cit. p. 70. (Em nota de rodapé).

52 Ibidem.

apresentava uma orientação nacionalista, inspirada, em termos teóricos, no exército alemão, uma forte linha seguida por grande parte das forças armadas nacionais, até a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.⁵³ O autor também foi colaborador da *Revista Brasileira de Geografia*, cuja comissão de publicações integrava.⁵⁴ Atuou intelectualmente, portanto, na formação ideológica do exército.

Na década de 1950 fez carreira política, como deputado federal eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), que, de acordo com Lucília Neves Delgado, foi um dos herdeiros do varguismo, o qual recebeu a filiação de muitos ex-interventores e membros dos escalões superiores do Estado Novo, e foi o maior partido político do país entre 1946 e 1964.⁵⁵ Nas discussões sobre o petróleo e a criação da Petrobrás defendeu a criação da estatal e o monopólio sobre o produto. Atuou, também, na direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na vice-presidência do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional do Desporto.⁵⁶ Freitag caracteriza o autor como alguém que “...viveu a experiência de um brasileiro identificado com o ideário estadonovista”,⁵⁷ em virtude de sua carreira militar no período, de sua filiação partidária – a um partido herdeiro do Estado Novo – e do conteúdo de sua obra.

Em *Oéste Paranaense*, Figueiredo descreve suas peregrinações pelo sertão, ocorridas em 1936, de acordo com Liliane da Costa Freitag,⁵⁸ quando liderou uma expedição militar para o reconhecimento da região fronteira.⁵⁹ O lançamento do livro ocorreu paralelamente ao do programa “Marcha para o Oeste”,⁶⁰ do Estado Novo, que certamente influenciou no título da obra. Nela, relata como atravessou matas e visitou cidades, elenca as características das populações por onde passa, além de apressar a fauna e flora da região. Frequentemente adiciona em sua obra histórias e lendas sobre os locais visitados, momento em que “quebra” a narrativa de viagem para situar historicamente os locais. Apresenta mapas, fotografias e ilustrações, a fim de apresentar com mais precisão a região aos seus leitores. Tais recursos, além de demonstrar seu apressamento à geografia, cumpre com a tarefa militar de efetuar um levantamento da região para fins estratégicos. Em outra direção, podemos imaginar que ele quisesse instruir os

53 A este respeito, ver: DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016; PIRES, Livia Claro. *Os inimigos da nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o “Perigo Alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919)*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

54 FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas*. op. cit. p. 71. (nota de rodapé).

55 A este respeito, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 127-154.

56 FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas*. op. cit. p. 71. (nota de rodapé).

57 Idem. p. 69.

58 Porém, em visita ao povoado de Laranjeiras, Figueiredo relata discussões sobre as eleições para presidente, que envolviam partidários de Julio Prestes e de Getúlio Vargas. Tal passagem revela sua presença na região no ano de 1930. Em outro trecho do livro, o autor frisa que realizou pelo menos duas viagens à região, embora a narrativa se estruture como se a viagem tivesse sido uma só. In: FIGUEIREDO, Lima. *Oéste Paranaense*. op. cit. pp. 35, 42 e 145.

59 FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas*. op. cit. p. 90.

60 A “Marcha para o Oeste” foi um projeto nacionalista do “Estado Novo” que pretendia “integrar” o território brasileiro e preencher aquilo que se considerava como “vazios” populacionais (desconsiderava-se, portanto, os indígenas, por exemplo). Assim, se unificaria o Brasil dentro de um sentido único de “nação” e também se combateria sua “insularidade”, ou seja, o fato dos pontos ocupados pela sociedade nacional não formar um continuum territorial, característica compreendida como um dos grandes problemas do período. A solução para tal questão seria a formação de colônias agrícolas e a migração de populações rurais para as regiões à oeste do país. In: FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas*. op. cit. pp. 27-44.

turistas e aventureiros que, porventura, desejassem ir até aqueles locais, tendo-se em vista o turismo já incipiente, no período, em torno das Cataratas do Iguaçu e das Sete Quedas, quedas d'água situadas respectivamente nas cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra.

A narrativa é dinâmica e bem elaborada, o autor utiliza-se de recursos para interagir com o leitor e inserir as histórias, lendas e curiosidades locais que levantou ao longo de seus percursos, conforme apontamos antes. Por exemplo, pouco antes de chegar a Guarapuava, o caminhão que havia fretado para a viagem sofreu um acidente, o que o forçou a permanecer mais tempo que o esperado nessa cidade. Após caracterizá-la e apresentar suas impressões sobre o cotidiano local, destaca: “Emquanto [sic] não temos condução para prosseguir a viagem, vamos reviver páginas do passado que sempre interessaram a todos que amam a terra em que vivem”.⁶¹ O autor segue com a narrativa de histórias da conquista de Guarapuava, com enfoque nas ações dos bandeirantes e dos governantes de São Paulo – província a que pertenceu o atual Paraná até o segundo império –, nos séculos XVIII e XIX.⁶² Esses recursos de narrativa são empregados para criar uma intimidade entre o autor e os leitores, no intuito de abrir espaços para um momento em que ele se distancia da narrativa de viagem e apresenta as outras histórias com que tomou contato em seu itinerário. Assim também consegue separar o que pertence às suas memórias pessoais de viagem e o que considera como a “História” do lugar. Isso demonstra todo um esforço do autor, quando da produção de sua obra, em torna-la apazível, pois não se destinava a um público especializado, seja em geografia ou em assuntos militares, mas a um conjunto maior de leitores. Por isso existe todo um movimento do autor em tentar dialogar com esse público civil e leigo que seria alvo da comercialização do livro.

Como enredo, a obra também apresenta o ideal de “progresso”, ligado à técnica, à infra-estrutura e às comunicações. Assim, o autor fica maravilhado com a Estrada da Graciosa, ferrovia que ligava a cidade portuária de Paranaguá a Curitiba, cortando a Serra do Mar, obra projetada pelo engenheiro brasileiro André Rebouças – um símbolo para o movimento negro⁶³ –, tida por muito tempo como impossível⁶⁴ e por isso recusada por técnicos estrangeiros;⁶⁵ em sentido oposto, fica profundamente incomodado com a precariedade dos telégrafos do Oeste paranaense.⁶⁶ Estradas e telégrafos são, nesse período, ícones do “progresso”,⁶⁷ ideal que o autor persegue o

61 FIGUEIREDO, Lima. Oéste Paranaense. op. cit. p. 32.

62 Idem. pp. 32-34.

63 BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 279. (nota de fim de texto).

64 FIGUEIREDO, Lima. Oéste Paranaense. op. cit. pp. 14-15

65 Idem. p. 14.

66 Idem. p. 114.

67 Tal questão aparece de maneira abundante em nossa documentação, mas também é constatável na historiografia que trata do Brasil na primeira metade do século XX, principalmente no que tange ao telégrafo: MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio. op. cit. (1998); MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. op. cit. pp. 14-40.

tempo todo e que se torna um parâmetro para avaliar os locais por onde passa. Esse tema e a assumida posição de “juiz”, que julga o nível ou a falta de “progresso” dos lugares, são os eixos em torno dos quais Figueiredo desenvolveu seu trabalho, aos quais adiciona outros elementos.

De maneira geral, entende o Oeste paranaense através da noção de ausência de “progresso” e aponta como exceções apenas algumas colônias estrangeiras – de imigrantes europeus – e localidades espalhadas pelo sertão. Guarapuava, por exemplo, é abordada como a “capital do sertão”, um lugar “...onde o progresso caminha lentamente, quasi imperceptível”,⁶⁸ e uma “...cidade sem vida”.⁶⁹ Isso porque as ruas não eram calçadas, existiam muitas casas de madeira, apenas uma igreja *católica* e um prédio de dois andares, construído de forma inapropriada, na visão do autor, onde se situava a prefeitura. Sobre o processo histórico do local, conclui que, desde as primeiras tentativas de conquista dos campos, no século XVIII, o “progresso” andava na velocidade de um “jabotí”.⁷⁰

A transformação da região em campo de batalha, durante a “Revolução de 1924”⁷¹ – integrante do Movimento Tenentista e originadora da Coluna Prestes –, é tratada pelo autor como marco de decadência regional.⁷² Na ótica de Lima Figueiredo, rebeldes e tropas fiéis ao governo, ao terem permanecido por oito meses em combate no local,⁷³ desorganizaram a produção agrícola na região.

A narrativa, todavia, não revela um sertão “deserto” e “desabitado”, como aparecem em muitas referências da primeira metade do século XX. Sua viagem foi pontuada por encontros com povoados e populações que, mesmo dispersas pela região, o habitavam. Figueiredo caracterizou parte dessas populações rurais a partir da pobreza, como no fragmento a seguir:

Representa a “araucária brasiliensis” para aquele pôvo, tudo: a casa e o proprio agasalho. As habitações são, em geral, cobertas de taboinhas de pinho e as suas paredes construídas com lascas do mesmo páu. Durante o inverno é à beira do fôgo que o caboclo quasi nú se aquece, enquanto o nó de pinho se queima. Na época do pinhão muitas famílias têm nele seu único alimento.⁷⁴

68 FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. op. cit. p. 30.

69 Idem. p. 32

70 Idem. p. 34.

71 A este respeito, ver: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na primeira república. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. op. cit. pp. 313-350; CABANAS, João. A columna da morte: sob o comando do tenente Cabanas. 4. Ed. Rio de Janeiro, s/d; WACHOWICZ, Ruy Christowam. Obrairos, mensus e colonos. op. cit.

72 FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. op. cit. pp. 39 e 46.

73 CABANAS, João. A columna da morte. op. cit. p. 350.

74 FIGUEIREDO, Lima. Oeste Paranaense. op. cit. p. 38.

A partir da discussão sobre a importância do pinho para a região, situada entre Guarapuava e Cantagalo, o autor acaba por revelar elementos dos modos de vida da população local. Embora não deixasse de julgar moralmente essas populações, existem observações positivas sobre elas, como quando destaca que suas casas eram “...bem arrumadas e limpas”⁷⁵ O momento em que escrevia a obra era de “reabilitação” do caboclo brasileiro e diminuía as noções de que eles eram refratários à sociedade moderna,⁷⁶ portanto, ao afirmar que os caboclos, a despeito da pauperidade em que viviam conseguiam manter as casas asseadas, era uma forma de afirmar que o “progresso” era possível para aquela população, não estando restrita aos grupos de imigrantes europeus radicados no estado.

A temática da pobreza também se apresentou quando o autor relatou a chegada à região de Campo Mourão, no atual centro ocidental paranaense, quando foi conduzido até a residência de Ana Coito, que “Era a mais rica proprietária da região, apesar do aspecto miserável de sua casa, onde tresanda um forte almíscar de couro pôdre.”⁷⁷ Reforçar a idéia de pobreza no “sertão”, mais do que constatar realidades, era também uma forma de construir memórias sobre essa região, que tinham o objetivo de viabilizar uma intervenção que levasse o “progresso” para ali, na forma de políticas públicas e projetos de Estado.

Apesar de ressaltar a pauperidade presente entre essas populações, reiteramos, Figueiredo não as viu como um “entrave” ao “progresso”, tampouco como habitantes que precisassem ser substituídas por outros (por imigrantes estrangeiros ou por migrantes nacionais, vindos de outras regiões, por exemplo). Todavia, entendia que era preciso modificar culturalmente esses sujeitos, pois no estado em que se encontravam não poderiam prosperar, é assim que observa o consumo de bebida alcóolica na região: “O mal daquel recanto é a fabricação da aguardente. É raro se ver um homem que não esteja anormalizado pelo álcool.”⁷⁸ Portanto, não estava no horizonte do autor a impossibilidade das populações sertanejas em “desenvolver” a região, mas sim levantar aquilo que entendia como problemas do “sertão” para, a partir disso, modificar sua cultura e levar o “progresso” para aquela região. Esse era um ideal muito forte mesmo antes do Estado Novo, em que os governos federal e estaduais chamavam para si essa função “redentora” do homem do campo,⁷⁹ mas que indiscutivelmente se intensificou após o golpe varguista de 1937, eis o porquê dele estar com força em **Oéste** paranaense, publicado em princípios daquele regime ditatorial.

Sobre a região ribeirinha, na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, as

75 Ibidem.

76 A esse respeito ver: DUARTE, Geni Rosa. Rumo ao campo: a civilização pela escola. (São Paulo, 1910/20/30). São Paulo: PUC-SP, 1995. (Dissertação de Mestrado em História Social). pp. 39-40.

77 FIGUEIREDO, Lima. Oéste Paranaense. op. cit. p. 173.

78 Idem. p. 176.

79 A esse respeito ver: DUARTE, Geni Rosa. Rumo ao campo. op. cit. pp. 35-45.

impressões de Figueiredo se misturam. De um lado prossegue a narrativa sobre a ausência ou mesmo precariedade dos elementos remissivos ao “progresso”, como o telégrafo de Porto Mendes, que só funcionava “...às vezes, por milagre de um santo poderoso”.⁸⁰ Por outro, apresenta os investimentos efetuados pelas *obrages* – companhias, muitas delas de capital estrangeiro, detentoras de latifúndios onde extraíam erva-mate e madeira com largo emprego e superexploração de trabalhadores “paraguaios”⁸¹ – em obras de infra-estrutura, como as estradas de rodagens construídas por algumas delas,⁸² assim como as “modernas” máquinas que empregavam em seus trabalhos.⁸³

A cidade de Guaíra, uma das sedes da propriedade da Companhia Mate Laranjeira⁸⁴ – empresa de capital majoritariamente brasileiro, que atuava na Argentina, no Paraguai e no Brasil, cuja concessão de terras abarcava extenso território no então estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e no Paraná – era considerada pelo autor como uma espécie de “ilha de progresso” em meio ao “sertão”. Lima Figueiredo esteve na empresa com o intuito de visitar as Sete Quedas, que ficavam dentro de sua área de concessão, assim como toda a cidade de Guaíra. O autor, ao narrar as obras realizadas pela companhia no local, demonstra deslumbre com aquilo que seria a grandiosidade e a racionalidade do empreendimento e conclui que: “A empresa foi bem sucedida e o Brasil muito lucrou com o impulso que ela deu ao progresso da região do sul de Mato-Grosso e oeste do Paraná.”⁸⁵ O “progresso”, que ao seu ver serviria a todos, provinha, no entanto, das mãos do grande capital nacional.

Figueiredo não deixa de pontuar as potencialidades do lugar e ressalta a riqueza representada pela qualidade da erva-mate local,⁸⁶ além do “grande número” de escolas em funcionamento.⁸⁷ Por fim, apontava que: “O oeste paranaense é uma reserva inexgotável de riquezas: representará ouro na balança financeira da Nação, quando for convenientemente explorado”.⁸⁸ Portanto, apesar de todo o quadro complexo que apresentou sobre a região, sua visão é otimista, pois entende que o lugar apresenta muitas potencialidades que devem ser exploradas, dentro dos parâmetros da racionalidade técnica e científica.

Assim, a noção de “falta” abre caminho para projetos de “desenvolvimento”, que

80 FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. op. cit. p. 114.

81 O termo paraguaio identifica um grupo étnico mestiço, principalmente entre indígenas Guarani e hispano-americanos, falantes das línguas guarani e espanhola, não significa, necessariamente, que a pessoa tenha nascido no Paraguai. No nosso caso, como lidamos com impressões de viajantes que apenas passavam pela região, constatamos que muitas vezes os trabalhadores indígenas e caboclos brasileiros eram tratados homoganeamente como “paraguaios”, termo que acaba por significar “trabalhador do sertão”, nessa documentação.

82 FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. op. cit. p. 102.

83 *Idem*. p. 104.

84 Sobre esta empresa, ver: QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso*. *Revista Territórios & Fronteiras*. UFMT. v. 8, n. 1, pp. 204-228, jan.-jun. 2015.

85 FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. op. cit. p. 146.

86 *Idem*. p. 151.

87 *Idem*. p. 152.

88 *Idem*. p. 181.

tivessem como intuito “integrar” aquela região dentro de novas disciplinas de trabalho e da racionalidade capitalista. Em síntese, era preciso levar o “progresso” ao “sertão”, nas formas como vislumbrado pelos grupos dominantes brasileiros, na década de 1930, uma das razões para a publicação de **Oéste paranaense**. O livro, portanto, tinha a pretensão de apresentar um inventário de problemas e potencialidades do lugar, no intuito não apenas de permitir que se traçasse um plano para a defesa militar do território, mas também para seu desenvolvimento econômico.

Cesar Pietro Martinez, os “sertões do Iguaçú” e os sentidos civis do “progresso”

O ideal de “progresso” não estava presente apenas nas obras de militares, tampouco em períodos próximos às grandes transformações políticas nacional, como no caso de Muricy e de Lima Figueiredo. Mas permeia obras de civis, como autoridades políticas e demais membros dos grupos dominantes paranaenses, entre eles, o autor de *Sertões do Iguassú*,⁸⁹ Cesar Pietro Martinez, secretário estadual (inspetor geral)⁹⁰ da instrução pública, que viajou para inspecionar *in loco* das escolas do oeste,⁹¹ em princípios da década de 1920.

Possuímos poucas informações sobre autor e obra, limitando-nos apenas ao informado ao longo do livro. Ao iniciar a narrativa, Martinez aponta para o desconhecimento dos paranaenses, residentes nas proximidades do litoral, acerca da região que visitou,⁹² informação que, somada à forma como constrói seu texto, indica que a narrativa dirige-se aos moradores do Paraná.

No entanto, a circulação de sua obra foi mais ampla, sendo publicada pela Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, de São Paulo, informação importante na medida que indica como a obra se inseriu em um processo de composição e publicação que não se circunscreveu aos meios letrados paranaenses. Ao integrar os catálogos da referida editora, o livro ganhou um espaço de divulgação nacional, o que indica outros circuitos de escrita e leitura. O exemplar de que dispomos, adquirido em uma livraria especializada em livros usados, apresenta uma assinatura seguida de uma indicação “Recife, 22 de novembro de 1926”, sinalizadora da circulação da obra pelo país.

Sobre os motivos que levaram Martinez a escrever sua obra, não conseguimos saber. Levantamos a hipótese de que o livro foi uma estratégia para divulgar a política de expansão das escolas pelo sertão, empreendida pelo governo estadual, na gestão de

89 MARTINEZ, César Pietro. *Sertões do Iguassú*. op. cit.

90 WACHOWICZ, Ruy Christowam. *Obrageros, mensus e colonos*. op. cit. p. 129; MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba, “República das letras” (1870/1920). op. cit. p. 13. (Em nota de rodapé).

91 MARTINEZ, César Pietro. *Sertões do Iguassú*. op. cit. p. 86.

92 Idem. p. 5.

Caetano Munhoz da Rocha. Nas páginas iniciais o autor evocou a tão repetida necessidade de se divulgar a região, desconhecida pelos paranaenses.⁹³ Sabemos, todavia, que Martinez iniciou a escrita seis meses após a viagem,⁹⁴ que, de acordo com Wachowicz, ocorreu em 1924, antes da ocupação da região pelas tropas de Isidoro Dias Lopes.⁹⁵

A relação do autor com a cultura letrada é, inegavelmente, íntima. Além de conter quase duzentas páginas escritas em letra diminuta, a obra possui uma escrita impecável, pois lida muito bem com as figuras de linguagem, além de empregar largamente a poética como recurso para prender a atenção do leitor. As descrições de lugares e situações são também experimentadas por demais vivazes, destacando muita propriedade no trato de Martinez com as letras.

As memórias que constrói são de um sertão dotado de natureza exuberante, porém praticamente desabitado. Pelos lugares que passou, constatava povoados em que habitava o “progresso” e outros onde atestava sua ausência. Como os demais autores, entendia como “progresso” os “avanços” da produção econômica, nos moldes da sociedade capitalista, urbana e industrial. A agricultura, por exemplo, conferia “progresso” a um lugar na medida em que a produção fosse semelhante à européia, utilizando-se de “modernas técnicas” para produzir excedentes comercializáveis.

Assim, Cesar Martinez confere destaque à Guarapuava, como cidade integrante da “civilização”,⁹⁶ onde o “progresso” estaria presente e, portanto, digna de ser colocada em um mesmo patamar que a terra de origem do autor, Curitiba:

Guarapuava é um grande centro intellectual. A sociedade que ahi vive tem tradição. As familias caracterisam-se pela sua fina educação. É uma cidade que bem merece o qualificativo de civilizada, pois apesar de distante, com as suas estradas deficientes, acompanha o progresso em todos os seus detalhes.⁹⁷

Como pudemos notar, o autor também entende como sinal de “progresso” aspectos imateriais, como o citado cultivo de cultura letrada e ilustração, não restringindo o conceito apenas ao aspecto material da cidade. Assim, compreende, também, como símbolo de “civilização” os costumes das mulheres da cidade e aponta para sua distinção e elegância. Como podemos notar, a civilidade, para Martinez, estava muito ligada à cultura das classes dominantes, o que o levava a caracterizar Guarapuava como “civilizada”, e não como parte dos “sertões”, que, na sua narrativa, começam

93 Idem. p. 5.

94 Idem. p. 7.

95 WACHOWICZ, Ruy Christowam. *Obrageros, mensus e colonos*. op. cit. p. 129.

96 MARTINEZ, César Pietro. *Sertões do Iguassú*. op. cit. p. 34.

97 Idem. p. 34.

somente após aquela cidade.⁹⁸ Tendo-se em vista que Guarapuava é berço de parcela dos estratos sociais dominantes do estado e que o autor era um homem público, do período, é possível também que ele tenha silenciado muitas de suas críticas e impressões negativas, produzidas durante a viagem, pois estas poderiam testemunhar contra o intuito do livro, de divulgar as potencialidades do Paraná e as obras da gestão estadual da qual fazia parte.

Nas narrativas de Martinez, o próprio urbano se constitui em símbolo de “progresso”, razão pela qual destaca os estabelecimentos comerciais de Guarapuava⁹⁹ e toma como referência as capitais, entendidas como ponta de lança do desenvolvimento. Assim, qualifica o hotel em que ficou em Prudentópolis, cidade por onde passou antes de chegar em Guarapuava, como “...um verdadeiro hotel de capital, com todos os recursos”.¹⁰⁰ Portanto, possuía como parâmetro de comparação cidades como Curitiba, tomadas como símbolo de “modernidade” e de sofisticação, identificadas também na arquitetura e nas “comodidades” oferecidas pelo hotel.

A capital como parâmetro também é utilizada pelo autor para qualificar Guaíra, cidade onde se hospedou para fazer a inspeção da escola local, além de visitar as Sete Quedas. Sobre essa cidade, o autor transparece estupefação e chega a reconstruir as lembranças do momento da viagem em que avistou o local:

Surgem as primeiras casas do lugar, com os seus moradores á [sic] janella para assistir a chegada do comboio, e logo avistamos as primeiras ruas da cidade, com o seu espantoso movimento, ruas largas arborizadas, cheias de construcções, de um e outro lado, que impressionam, pois que temos a idéa exacta de nos encontrarmos em uma capital de grande movimento.¹⁰¹

A cidade, em meio ao “sertão”, espanta Martinez, com seu movimento e construções, mas também com a pretensa racionalidade com que foi construída e com que era administrada. Os elogios também se estendem ao hotel, com sua sofisticação,¹⁰² e a soma de tudo isso conferiria a Guaíra ares de “capital”.

O “progresso” era, portanto, um modelo a ser seguido e a urbanização um de seus ícones; as capitais seriam faróis a guiar as demais cidades em como deveriam se organizar. É nesse aspecto que reside o deslumbre do autor, justamente por Guaíra estar localizada no que designava como “sertão”, porém construída dentro de ideais de “progresso” e “civildade” semelhantes aos que eram tão caros a Martinez. O autor destaca então que:

98 Idem. p. 27.

99 Idem. p. 34.

100 Idem. p. 25.

101 Idem. p. 129.

102 Idem. p. 132.

Guayra é a cidade modelo, plantada no ocidente do Paraná, sobre o rio que baptisou o Estado. Desse molde é que hão de sahir as outras cidades que marcarão o nivel do nosso futuro, quando na terra dos campos e dos pinheirões se formar um novo Estado, o verdadeiro Estado do Paraná no território do seu rio patrono.¹⁰³

O ideal de “progresso” era caro a Martinez, a ponto de deixá-lo maravilhado, como muitos outros viajantes também o ficaram, com a cidade de Guaíra. Localizada nas Sete Quedas, a cidade construída para ser uma das sedes da Companhia Mate Laranjeiras servia de vitrine da empresa para seus ilustres visitantes. Expressava, por meio da arquitetura e do urbanismo, os ideais que os grupos dominantes estaduais queriam ver naqueles locais.

Porém, não é apenas a urbanização que maravilha Cesar Martinez, em sua visita à propriedade da Companhia Mate Laranjeiras, mas também as oficinas, onde se produziam os materiais utilizados nos trabalhos da empresa, inclusive barcos e peças para as máquinas,¹⁰⁴ ou seja, onde se desenvolviam atividades industriais.

Sobre Zororó, um dos povoados construídos pela companhia, onde o trem que ligava Porto Mendes a Guaíra – também à serviço da companhia – parava para abastecer-se de lenha, o autor observa: “Chegamos a ‘Zororó, [sic] um povoado alegre, com uma serraria modernamente montada. Tem-se a impressão de um pequeno núcleo industrial, tal o movimento de operários que andam de um para outro lado.”¹⁰⁵ A associação que autor realiza entre o povoado e um “núcleo industrial” revela elementos de que estavam revestidas suas noções de “progresso”. A “modernidade” trazida pela técnica e a disciplina de trabalho ali existentes conferiam ao povoado o adjetivo de “alegre”. Adiante, o autor destaca as atividades industriais ali existentes, as máquinas e a energia elétrica, de que Zororó era dotada,¹⁰⁶ todos símbolos de “desenvolvimento” econômico.

O meio rural, por sua vez, não estava excluído dos ideais de prosperidade do autor, cujas observações apontam para o cultivo dos campos, no trajeto do trem entre Zororó e Guaíra: “Dahi por diante notamos mais vida, encontramos animaes pastando, pequenos sitios cultivados, cercas e cancellas, um aspecto de zona rural, já em progresso.”¹⁰⁷ O trabalho rural, disciplinado e organizado com certa racionalidade “moderna”, conferia ao lugar “mais vida” e levava Martinez a classificá-lo como local de

103 Idem. p. 131.

104 Idem. p. 138.

105 Idem. p. 127.

106 Idem. p. 128.

107 Idem. p. 128.

“progresso”. Portanto, a agricultura também era concebida dentro de ideais assentados nos princípios de racionalidade e disciplina de que a “modernidade” fora revestida. Nesse momento, parecia não se importar com o duro regime de trabalho a que esses trabalhadores estavam submetidos – que chegava a incluir homicídios –, algo que era de seu conhecimento e que vez por outra aparece em sua obra.¹⁰⁸ Pelo contrário, o cenário construído pela companhia contrasta com a agricultura dos caboclos sertanejos, como que a sugerir a inviabilidade das maneiras de viver e de trabalhar deles, constituídas às margens do controle e disciplinamento das grandes empresas, como a Mate Laranjeira.

A arquitetura também era vista como símbolo de “progresso”, tema presente ao longo de todo o trabalho do autor, como quando se refere à residência de Julio Tomás Allica, proprietário de uma das *Obrages* da região. Allica é uma figura controversa na história da região, neste período. Era um *obragero* admirado por certos viajantes, supostamente por promover o “progresso” na fronteira, mas, ao mesmo tempo, era denunciado por outros como um grande explorador dos “paraguaios”, a quem submetia de forma violenta e bárbara.¹⁰⁹ Em sua propriedade estudava-se a abertura de uma escola e, de acordo com Martinez, o *obragero* morava em “...uma residência encantada com o luxo dos palácios e a poesia dos bosques, dos rios e dos lagos...”¹¹⁰ Em tons paradisíacos, descreve as belezas da propriedade onde vivia o *obragero* e sua família, destacando a fauna e a flora ornamentais, e demais construções que compunham a obra. Conclui enfim que: “A sua propriedade [de Allica] é uma verdadeira maravilha talvez sem par em todo, este nosso Brasil.”¹¹¹ Portanto, a imponência e a estética da arquitetura eram elementos que o autor observava, em seus julgamentos acerca dos pontos de “progresso” existentes em meio ao “sertão”.

Todavia, não são somente aspectos positivos ou elemento de “modernidade”, dispersos pelos “sertões”, que pontuam a obra de Martinez. A forma como caracteriza as localidades próximas de Foz do Iguaçu é muito diversa das outras citadas anteriormente, pois são apresentadas a partir de seus aspectos negativos, como na passagem a seguir, em que relata a parte final de sua viagem pela estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu: “Ao nosso encontro caminham casas, lavouras, ranchos miseráveis, pomares, charnecas, à semelhança de uma projecção luminosa.”¹¹² Na descrição, salta aos olhos do narrador a miserabilidade da localidade, dessa maneira, confere às casas não o aspecto de residência, mas de “ranchos”.

Através da temática da “pobreza” apresenta aquilo que não se enquadra em seus

108 A este respeito, ver: Idem. pp. 113 e 135.

109 A este respeito ver: BALLÃO, Jayme. A Fóz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná (Descrição de viagem) 1920. Curitiba: Typ. d'A República, 1921; CABANAS, João. A columna da morte. op. cit; CARRÃO, Manuel. Impressões de viagem à Fóz do Iguassú e Rio Paraná. Curitiba: Impreso R. S. Francisco, 1928; COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras. op. cit.

110 MARTINEZ, César Pietro. Sertões do Iguassú. op. cit. p. 155.

111 Idem. p. 155.

112 Idem. pp. 82-83.

ideais de “progresso”. Assim, narra a chegada a Foz do Iguaçu: “Avistamos os primeiros bairros de casas pobres, em cujas janelas assomam caras curiosas. Subimos a ultima collina, para logo descer sobre a cidade tão ambicionada, que a phantasia pintou de mil formatos e que ante a realidade nos é tão diversa.”¹¹³ As primeiras visões da cidade são, portanto, daquilo que não está inserido nos ideais de “modernidade” que o nosso autor tanto cultiva. De maneira geral, Martinez apresenta-se decepcionado com a urbe, demonstra uma quebra de expectativas entre aquilo que idealizou e a localidade que encontrou. Como destaca: “A cidade é silenciosa. Apenas se ouve o ruído de uma serraria.”¹¹⁴ Em Foz do Iguaçu, os ruídos do “progresso” não se faziam ouvir com a intensidade que desejara nosso secretário de instrução pública.

Logo, a cidade também não teria o caráter “alegre” que o trabalho disciplinado e as atividades industriais conferiam às localidades encontradas pelo autor nas proximidades de Guaíra, como assinala:

Foz do Iguassú é uma cidade de aspecto triste, assentada sobre os declives de uma collina que vae morrer nos barrancos do Paraná. Os predios, no geral, são de madeira. Os de alvenaria são antiquados e de obra tosca. Algumas residências particulares existem dignas de nota, pela sua feição risonha, no meio de jardins e arvores de sombra.¹¹⁵

A arquitetura da cidade era vista por Martinez como não condizente com os ideais de “progresso” cultivados para o estado do Paraná; a forte presença dos prédios de madeira – decorrentes da abundância dessa matéria-prima na região – testemunhava contra as modernas técnicas de construção, que valorizavam a alvenaria e as novas tendências vindas do exterior. O autor simboliza a impressão negativa que teve do lugar através não apenas do “aspecto triste” que a cidade teria, mas também dos elementos da natureza que escolheu para compor a destrição, no caso, os “declives”, que sinalizam para o movimento de “decair”. Na sua visão, somente mereciam destaque as casas de alvenaria dos moradores que cultivavam jardins, tendência da arquitetura e do paisagismo europeus. Essas sim eram consideradas “risonhas”, associando-se as idéias de “modernidade” e “felicidade”.

Entretanto, o quadro que o autor produz sobre a cidade não é de todo negativo, pois: “Todos os quintaes são bem plantados, havendo abundancia de verduras e fructas. A terra e o clima são excellentes para qualquer cultura.”¹¹⁶ As hortas e quintais são compreendidos como virtudes do local, pois evocam os ideais de trabalho de que estava revestida a “modernidade”. Assim, realiza uma ressalva e evita que a descrição de Foz

113 Idem. p. 83.

114 Idem. p. 83.

115 Idem. p. 90.

116 Idem. p. 91.

do Iguaçu fosse lida como uma detração, o que seria muito delicado, tendo-se em vista o cargo que ocupava e o projeto político estadual que encarnava.

Como notamos, Martinez avaliava os lugares por onde passou, dentro de seus valores e era assim que eles se tornavam reconhecíveis para si e passavam a lhe fazer sentido. De qualquer forma, é impossível dizer que a visão de Cesar Martinez sobre o Oeste do Paraná é totalmente negativa, pois caracteriza a região como rica,¹¹⁷ mais que aquela porção ocupada pelas grandes cidades paranaenses de então. Sua obra, de certa forma, é um “mapa do progresso”, que avança lentamente, penetrando os “sertões”. Nesse processo via a educação como um meio de fazer a sociedade progredir,¹¹⁸ pois para ele, o “progresso” também estava associado à cultura letrada, como destacamos anteriormente. Sua narrativa é um conjunto de registros dos “avanços” do estado, não somente na área educacional. Embora não deixe de registrar limitações nesses processos, o relato tende a amenizar os pontos problemáticos que encontra. Isso não significa que o autor seja omissivo, mas que as memórias de sua viagem, realizadas ao fim da gestão estadual de que tomou parte, pretendiam celebrar o trabalho realizado e dar prosseguimento ao projeto político que integravam.

Considerações finais

Ao se analisar as três obras aqui tratadas, publicadas entre 1896 e 1937, percebemos a continuidade de diversos clichês construídos sobre a antiga região do Oeste paranaense, como seu tratamento como “sertão” bruto, cujo progresso era duvidoso ou mesmo ausente. Entretanto, é preciso também notar as diferenças existentes entre elas, como, por exemplo, nas formas com que os autores lidam com o ideal de “progresso”. Note-se que, para Lima Figueiredo o “progresso” era uma necessidade imperiosa para a região fronteira e nem tanto um processo em curso, já iniciado, como transparece na obra de Martinez. Para o militar, era necessário atuar de forma urgente, para ser possível aproveitar as inúmeras potencialidades do Oeste paranaense e, ao mesmo tempo, garantir a soberania nacional na fronteira.

Essas notações nos fazem perceber que, na obra de Martinez, produzida na década de 1920, o “progresso” era pensado também em seu aspecto imaterial, como cultivo do intelecto e refinamento, muito próximo do conceito de “civilização”, da época. Em Lima Figueiredo o “progresso” aparece mais em seu sentido material, algo sintomático da década de 1930, em que o contexto pós-crise de 1929 reservou espaços maiores para o debate econômico.

Como ponto comum, ambos colocam no centro de suas memórias e análises

¹¹⁷ Idem. p. 5.

¹¹⁸ Idem. p. 50.

sobre a região o “progresso”, entendido como algo desencadeado e coordenado pelos homens ilustres e grandes empresários, seja para apontar um processo em curso ou algo que ainda se precisava desenvolver. Nessa visão, os sertanejos, como parte dos grupos populares não eram capazes de se desenvolver sozinhas, pois suas maneiras de viver não as levariam à “civilização”. Era necessário o saber dos “grandes homens,” como os autores de tais memórias, para guiá-los, discipliná-las e salvá-los da “barbárie.”

A obra de Muricy, por seu turno, apresenta memórias de viagem de um militar em princípios da república, quando a preocupação era levar o “progresso” para os quatro cantos do país e concluir a obra que a monarquia não teria conseguido realizar.¹¹⁹ O binômio “sertão”–“progresso” não compõe o conjunto do livro, pois, no período em que esteve no antigo Oeste paranaense, este era considerado um “sertão” bruto, hostil e impenetrável, que relegava a Colônia Militar de Foz do Iguaçu ao isolamento. A prosperidade dali somente existia como algo latente, que poderia ocorrer no futuro, e, para tanto, seriam vitais o desenvolvimento da ciência e tecnologia. A Argentina seria exemplar, nesse aspecto, na região fronteiriça, o que explicaria a hegemonia de Posadas naquele local. Mais do que tratar do “progresso”, a obra de Muricy fornece uma série de clichês para a região, tomada como um grande “sertão”, onde se constata inúmeras “faltas” (de progresso, de vias de comunicação adequadas com o restante do Brasil, de sentimento nacional brasileiro, dentre outros).

Estes são temas instigantes, que mereceriam análise detida, algo impossível dentro dos limites deste ensaio, razão pela qual optamos por não aprofundá-los agora e deixar esta tarefa para textos futuros. Por ora nos contentamos em discutir como as categorias “sertão”, “progresso” e “civilização” foram mobilizadas nas obras de viajantes, para caracterizar a região. Como constatamos, o termo “sertão” era utilizado para definir a zona fronteiriça como pouco habitada e carente de “progresso”, a qual, uma vez plenamente desenvolvida, se converteria em “civilização”, tal qual a capital paranaense.

Na historiografia regional, a temática da ausência do “progresso” na região, sob a ótica dos viajantes, muitas vezes ficou ofuscada, em detrimento de uma maior atenção às denúncias da presença estrangeira – argentina e paraguaia – no lado brasileiro da fronteira, e da superexploração dos “trabalhadores das matas”,¹²⁰ que laboravam nas *obrages*. Esses são temas seguramente importantes, no entanto, não podemos esquecer que, para os diversos políticos e militares que estiveram na região, durante a primeira metade do século XX, o problema basilar do Oeste paranaense era a ausência de um processo contumaz de “desenvolvimento”. O “progresso” colocaria fim à

119 CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da república*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 119-139.

120 COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. op. cit. p. 53.

“desnacionalização”¹²¹ da fronteira – entendida como decorrente da preponderância econômica argentina na região, nascida do descaso brasileiro –, converteria a “barbárie” em “civilização” e, por fim, operaria a redenção do “sertão”, convertido em “região”, temáticas que voltaremos a trabalhar, no futuro. O “progresso” e a necessidade de projetos de “desenvolvimento” para o “sertão” – seja a elaboração de novos planos ou o prosseguimento daqueles já em curso – era a base a partir da qual os viajantes construía sua crítica e moldavam seu olhar para região, instituindo, assim, uma memória para a posteridade.

Recebido em 30 de abril de 2018.

Aprovado em 19 de junho de 2018.

121 O termo é empregado por: WACHOWICZ, Ruy Christowam. *Obrageiros, mensus e colonos*. op. cit. p. 140.